

## Análise da disjuntura ao longo da pandemia: Um experimento de escrita sem partitura

GRAF<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

O que acontece quando um país politicamente instável, economicamente fragilizado e completamente neurótico é atingido por uma pandemia de proporções e consequências inéditas? Numa resposta curta e ambígua, acontece tudo de novo. “Tudo de novo” porque, a um só tempo, tudo o que acontece é novo, mas tudo o que já aconteceu antes acontece mais uma vez. Os velhos fantasmas do passado, que tomavam turnos entre si, agora se apresentam juntos, dançando em sincronia num baile inédito: morte, golpe e crise reunidos numa *live* transmitida sem intervalos em todos os canais. Um cenário como esse não pode, de forma alguma, ser chamado de desinteressante ou monótono, mas o problema é que a angústia e o terror são diretamente proporcionais à velocidade dos acontecimentos. Nós, acostumados por ofício à interpretação da história em tempo real, autoflagelados por profissão, somos espectadores e passageiros, hiperativos e improdutivos, diante do velho novo normal.

Numa mistura de trabalho com terapia, formamos um grupo de amigos que se encontram às sextas-feiras pelo Zoom para fazer a análise da conjuntura. No início, trabalhávamos com “pré-textos” para conversar sobre a pandemia e o pandemônio. Partimos do que pareciam os jargões para se falar sobre o momento: reflexões sobre biopolítica (Foucault), necropolítica (Mbembe), estado de exceção (Agamben), governamentalidade e sociedade política (Chatterjee), pedagogia (Boaventura) e psicologia do vírus (Philip Strong), teoria das conjunturas fluidas (Dobry) e o golpe de 1964 (Wanderley Guilherme dos Santos). Mas o que mudou tudo foi a leitura de um manuscrito em inglês, chamado *Social Analysis amid the Covid Crisis: A Collective Journal*, March-April 2020, que a editora Routledge Índia havia enviado para avaliação. O manuscrito, coordenado por Suman Gupta, da Open University Britânica, era resultado da reflexão coletiva de um grupo de pessoas distribuídas pelo mundo (Delhi, Nova York, São Paulo, Munique, Londres, Birmingham e Plovdiv, na Bulgária) que compartilharam suas impressões sobre contágio, distanciamento físico, *lockdown*, a suspensão da política, protestos etc. durante os primeiros dois meses da pandemia. O manuscrito era despretenso, criativo e bastante informal. Cada um de seu próprio lugar mandava suas observações, lançando-as como balões. Fizemos um parecer entusiasmado para a editora em Delhi e ganharemos todos um exemplar quando o livro sair.

Mais importante é que descobrimos no exercício dos colegas uma matriz para começarmos o nosso próprio experimento. Formalizamos o grupo — que virou o GRAF, Gabinete de Reflexão Antifa — e, em homenagem ao barbudo, pensamos em formular 11 teses, que funcionariam como um mero gatilho para a reflexão. A primeira era sobre a possibilidade de um *impeachment* sem o povo na rua. A segunda, sobre um golpe do terceiro tipo, como caracterizamos abaixo, possivelmente em marcha. Mas nunca chegamos à décima primeira. Nesse entretanto, paramos a leitura de “pré-textos” e começamos a compartilhar textos de reflexão que tinham nos marcado. De toda forma, a realidade era tão mais interessante e angustiante que mal conseguimos lê-los. O grupo se transformou cada vez mais em um *talk show* semanal — uma transmissão da Globo News, só que em vez de assistir passivamente, cada um de nós virou um intérprete, que testa suas linhas de interpretação e desenvolve suas próprias teses. Apresentamos aqui algumas delas. O que importa não é tanto o conteúdo, que não resiste ao tempo, mas a forma do experimento, as ideias soltas e livres, rascunhadas no calor da hora. Quando a prova do tempo desmente uma previsão e derruba uma tese, seu valor não acaba, mas se transforma, passa a ser um documento, o registro de um momento específico do pensamento coletivo em cadeia. E, como todos sabemos, a hora é de derrubar os monumentos e as estátuas. O que importa não são as pedras nem o passado, mas os princípios civilizacionais e as práticas conviviais que norteiam a análise do presente.

Como profissionais do social (já que não temos mais sociedade), procuramos um quadro de interpretação mais abrangente, relativamente estável, porém flexível, para acompanhar os eventos que desestruturam o sistema e nos levam a uma conjuntura fluida, explosiva, contingente, aberta e relativamente imprevisível. A cada semana Temos que rever os nossos cenários do futuro iminente e retroativamente refazer nossos esquemas de interpretação do presente e de explicação da atualidade. O que nos interessa não é mais a relação entre agência e estrutura, mas aquela entre os eventos-acontecimentos e a estrutura — o que chamamos de análise da disjuntura.

Para fazer uma análise da conjuntura, deve-se colocar os eventos-acontecimentos no fio do tempo, indicar os atores, analisar os discursos, testar a correlação de forças, reparar ciclos e estabelecer a conexão entre a conjuntura e a estrutura. As nossas reflexões deveriam ser em primeiro lugar sobre a pandemia, mas as provocações da facção de Bolsonaro acabavam roubando a prioridade. Desde o fechamento da universidade, reparamos quatro momentos-chave de máxima tensão que mudaram a trama da história.

O primeiro foi em 24 de março de 2020, com o discurso da morte que inaugurou o negacionismo científico do governo. A fala sobre a “gripezinha” escancarou a política de morte do governo. A demissão do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e o “fechamento” do Ministério inauguraram uma linha da ação consequente que só terminará com a condenação de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional em Haia por “populicídio”, gerontocídio” e genocídio (dos povos indígenas).

O segundo foi em 19 de abril, quando o presidente saudou, pela primeira vez, uma manifestação golpista em frente ao Planalto, em Brasília. Ali escancarou-se não apenas o sonho autoritário do governo, mas também as feições milicianas da militância fascista e a interpretação constitucional criativa que anima as conspirações golpistas. Essa linha só terminará com uma reforma do texto da Constituição que não deixe ambiguidade quanto ao papel das Forças Armadas e à inexistência de um “poder moderador”.

Um terceiro momento foi a divulgação do vídeo da reunião ministerial em 22 de maio, quando pudemos ver as asquerosas entranhas do governo em pleno funcionamento. Se, por um lado, ficou mais do que claro que Sérgio Moro não tem ideia do que seja uma prova, o vídeo serve, de forma torta, para provar que o desgoverno vem sendo aplicado como método de criar o caos. Essa linha só termina criminalmente, quando esclarecido o envolvimento completo da família Bolsonaro com as redes mafiosas da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Todas as linhas indiretamente culminaram na semana gloriosa de Fabrício Queiroz, o quarto momento, quando foram presos, além do ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, uma série de militantes fascistas, e quando o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub foi defenestrado, ainda que da janela da frente e com direito a um passaporte diplomático, do Ministério da Educação (MEC). Dois movimentos se observam nesses acontecimentos: o Supremo Tribunal Federal (STF) riscou no chão a linha vermelha que o governo não pode ultrapassar e os militares assumiram o comando, baixando a temperatura da tensão institucional e escanteando o setor olavista. A consequência dessa semana tem sido, por enquanto, o silêncio e a calma. Até quando não sabemos, nem pretendemos adivinhar, pois tanto no novo como no velho normal, prever o futuro no Brasil não é tarefa fácil nem difícil, mas inútil.

### **O caleidoscópio da disjuntura entre março e junho de 2020**

O cenário é complexo. Envolve diversos atores interagindo em diferentes níveis. No nível institucional, temos os jogos próprios da democracia liberal. O governo federal, o Congresso Nacional e o STF compõem o jogo de força mais evidente, caracterizado por movimentos já bastante conhecidos na história da democracia brasileira: o papel decisivo do chamado centrão para dar estabilidade aos governos, o recurso às medidas provisórias para tentar governar escapando das possíveis limitações impostas pelos outros poderes, os vetos do STF às jogadas de políticos do executivo e do legislativo, o controle do Executivo sobre instituições como a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal, entre outros. No entanto, durante os primeiros meses do isolamento, a antipolítica bolsonarista (atravessada por diversas orientações morais que envolvem tanto a pauta anticorrupção, bastante popular entre as camadas médias, quanto a paranoia anticomunista, mais presente no olavismo) aumentou a intensidade desses jogos, tentando criminalizá-los e forçando os limites de sua legitimidade. Bolsonaro apoiou protestos que reivindicavam o fechamento do STF e do Congresso, e seu filho, Eduardo, chegou a falar publicamente que a ruptura institucional era uma questão de “quando”, não mais de “se”.

A pandemia produziu um importante jogo de força no interior do próprio governo, nas disputas ligadas ao Ministério da Saúde. Elas foram caracterizadas principalmente pela tentativa de se produzir uma controvérsia médica (com a cloroquina), orientada por um discurso negacionista, obscurantista e, no limite, anti-ciência. Ministros da Saúde como Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, ainda que alinhados em muitos pontos com as orientações mais gerais do bolsonarismo, não conseguiram permanecer no cargo, que se encontra há meses nas mãos do general Eduardo Pazuello, um militar da ativa supostamente especializado em logística.

Ainda no nível institucional há um outro jogo de forças importante, que envolve o governo federal e os governos estaduais e municipais. A maior parte dos governos estaduais não aderiu às orientações do governo Bolsonaro, embora já nesse período começassem a ensaiar um processo de “retorno à normalidade”. Além disso, é preciso lembrar que estados e municípios possuem sob seu controle as polícias militares, as polícias civis e as guardas municipais (algumas delas armadas, inclusive). A Polícia Militar é uma instituição com duas cadeias gerais de comando: uma que vincula praças a oficiais, ao comandante-geral, ao secretário de Segurança e ao governador do estado; e outra que os vincula ao comandante-geral, ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República. No caso, muitíssimo improvável, de um rompimento institucional por parte do governo federal via força bélica, é possível imaginar que o cenário de conflito seria, provavelmente, fragmentado.

Nos municípios, prefeitos contrários a Bolsonaro enfrentam a pressão das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs), fortes associações locais de comerciantes e empresários. Neste contexto, as CDLs pressionam as prefeituras para a reabertura do comércio. Duque de Caxias, por exemplo, onde o isolamento foi decretado mesmo que sem nenhuma movimentação da Prefeitura para concretizá-lo (sem barreiras sanitárias nem fiscalização das atividades comerciais), é um dos municípios com maior número de casos confirmados e de mortes por Covid-19, com uma das maiores taxas de letalidade no estado do Rio de Janeiro.

Há também que se destacar a presença de outros grupos armados, como os milicianos, bastante influenciados, direta e indiretamente, por Bolsonaro e pelo bolsonarismo. As milícias governistas, porém, se dividem em dois tipos: aquelas que (com destaque para os chamados “300 do Brasil”) lançam fogos de artifício contra prédios federais, atuando diretamente na pressão sobre as instituições da República, e as que atuam no cotidiano dos bairros que dominam, obrigando comerciantes a abrirem as portas mesmo contra sua vontade.

Em junho, começaram os protestos de rua organizados por grupos contrários ao bolsonarismo sob a bandeira geral do antifascismo. No primeiro deles, organizado por torcidas de futebol, houve confrontos com grupos adversários.

Todos esses jogos de força se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Mas o objetivo aqui não é realizar uma descrição completa dessa teia. Estas linhas gerais e introdutórias são apenas para argumentar que é nesse contexto multifacetado e, em certa medida, fragmentado, que a disjuntura é tecida.

### **Os possíveis rumos da disjuntura: *impeachment*, golpe e guerra civil**

Do primeiro golpe parlamentar (o *impeachment* de Dilma) ao segundo (em curso), a desintegração social (polarização assimétrica) e a desintegração cultural (guerras culturais) intensificaram-se e conduziram a uma desintegração sistêmica da sociedade. Como o desgoverno se propagou de um subsistema para outro para chegar ao mundo da vida — o *Lebenswelt* dos fenomenólogos —, este foi biopoliticamente transformado no mundo da morte.

Numa versão ampliada da nêmesis de Ivan Illich, podemos dizer que o Ministério da Saúde faz adoecer, mata e faz “desaparecer” os mortos das estatísticas oficiais. O Ministério do Meio Ambiente promove o agronegócio e as mineradoras e destrói o ambiente. O Ministério da Educação vê as universidades como centros de doutrinação, não de pesquisa, e corta sistematicamente todo o financiamento das ciências sociais e humanas. Em vez de manter boas relações diplomáticas, o Itamaraty ataca seus vizinhos e seus principais parceiros comerciais (sobretudo a China, mas também a União Europeia).

Com o “fechamento” dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Educação, dos Direitos Humanos e das Relações Exteriores, os subsistemas da sociedade são tomados pela ideologia e desmoronam. Quando os militares são nomeados para dirigi-los, os ministérios são transformados em “milistérios”, que realizam e, ocasionalmente, escanteiam o projeto bolso-olavista de destruição das instituições brasileiras. Agora estamos perante uma “hipercrise” que condensa todas as crises anteriores numa que conduz ao colapso do sistema. Desde março, a tensão aumentou a tal ponto que todos esperam um evento catastrófico que acabará com o regime de uma só vez. Isso provavelmente não acontecerá. Temos que passar de uma análise de eventos para uma análise de um processo contínuo de “cupinização” que corrói as instituições por dentro — versão direitista das toupeiras de Marx.

No momento (início de junho) — mas como a conjuntura é “fluida” (Dobry) a análise deve ser atualizada a cada 24 horas — o Brasil está em um impasse: entre o *impeachment* e o autogolpe à la Fujimori. São três cenários possíveis: *impeachment*, ditadura e guerra civil.

1) O cenário Fernando Collor: numa explosão republicana final, os poderes Legislativo e Judiciário unem-se e, fortemente apoiados pela mídia e pela grande maioria da população (“Nós somos os 70%”), Bolsonaro cai, quer por *impeachment*, quer por cancelamento retroativo das eleições presidenciais pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No primeiro caso, o general Hamilton Mourão, atual vice-presidente, torna-se presidente interino; no segundo caso, é lançada uma nova campanha eleitoral. Este é o cenário mais otimista. A explosão dos casos de Covid-19 acaba por deslegitimar completamente a extrema direita. Grandes manifestações enchem as ruas e, tal como o Partido dos Trabalhadores (PT) em 2019, a direita é completamente derrotada e humilhada. Tendo escapado por pouco de um linchamento na Praça dos Três Poderes em Brasília, Bolsonaro é transferido para o Tribunal Penal Internacional em Haia. Flávio, Eduardo e Carlos são cassados e tornam-se inelegíveis para o resto da vida. A aventura populista chega ao fim e o sistema volta à normalidade com a eleição de um presidente do centrão, um “corrupto que faz” e que tem o apoio dos mercados, da mídia e dos militares. A revolução conservadora era só mais uma “revolução passiva” (Gramsci).

2) O cenário Venezuela: o golpe de Estado já se realizou, os militares já estão no poder e controlam o país. Apesar do seu comportamento errático e de seus deslizes constantes, Bolsonaro está sob o controle do Exército. Não foi tanto a política da extrema direita que entrou no Exército; foi antes o Exército que se intrometeu na política. Não foram os militares que embarcaram na aventura bolsonarista, mas foi Bolsonaro que embarcou num governo militar que nunca aceitou

completamente a volta à democracia, que foi anistiado pelos crimes cometidos durante a ditadura e que sabe que será mais uma vez anistiado pelos crimes que cometer durante a pandemia. Deste ponto de vista, o *impeachment* de Bolsonaro não é um problema. Em caso de *impeachment*, seu vice-presidente, o general Mourão, assume o poder e permaneceremos bem dentro dos cenários de golpe do século XXI — sem tanques nas ruas, mas com um governo autoritário que mantém a Constituição, destruindo gradualmente de dentro (como cupins) os intermediários institucionais (o STF, o Congresso e a imprensa) que funcionam como salvaguardas do autoritarismo. Invertendo os sinais do espectro político, o bolsonarismo seria assim um chavismo da extrema direita. Entretanto, em caso de anulação retroativa das eleições pelo TSE, não podemos excluir completamente uma transição abrupta da democracia para a ditadura.

3) O cenário ucraniano: a eleição de Bolsonaro libertou todos os demônios. Sabemos que Bolsonaro é um miliciano. A violência não é apenas verbal. As armas já circulam — entre os militares, as milícias e os pequenos grupos neofascistas que desfilam no Distrito Federal. Uma parte dos militares apoiará Bolsonaro, aconteça o que acontecer. A Polícia Militar, que deveria seguir as ordens dos governadores dos estados federados do Brasil, está alinhada com o discurso de Bolsonaro — o que constitui um problema significativo para as manifestações de rua. As milícias controlam os mercados ilegais e infiltram-se no Estado a nível político. Bolsonaro e sua família atuam agora no nível federal. O Estado-movimento que se radicaliza é um Estado miliciano. E finalmente há também pequenos grupos neofascistas não só na internet, mas também nas manifestações golpistas. Este é o cenário da Ucrânia, onde, na sequência das manifestações de 2013–2014, as formações paramilitares envolveram-se em lutas de rua antes de entrarem no parlamento. É o pior dos cenários possíveis. Sabemos por experiência que não chegamos ao fundo do poço ainda.

### ***Impeachment: ruas e redes***

A primeira tese que discutimos afirma que o *impeachment* de Bolsonaro só seria possível a partir da pressão de grandes protestos nas ruas. De fato, desde a redemocratização, as duas destituições de presidentes pelas quais passamos foram precedidas de mobilizações de rua. Na dupla relação de influência entre instituições políticas e sociedade, aferir o “clima das ruas” sempre foi crucial. Esta tese precisa, no entanto, de uma abordagem contrafactual para ser apreciada de acordo com os mecanismos que temos na atualidade. Qual é o outro meio disponível capaz de mobilizar massas e exercer pressão sobre as instituições? As mobilizações nas redes sociais vêm ganhando força na última década e aferir o “clima das redes” é importante para entender como a sociedade se posiciona em relação aos governos. Diante disso, é necessário compreender se o “clima das redes” em força suficiente para jogar um governo no precipício. Ao contrário da força do “clima das ruas”, ele não tem sedimentação histórica expressiva para embasar uma análise. Pensando no Brasil, a única possibilidade de comparação que temos para testar esta contrafactual é a factual e fatídica eleição de 2018.

A última eleição presidencial quebrou pelo menos duas características históricas do processo eleitoral brasileiro: o bipartidarismo nas disputas para o Executivo (PT-PSDB) e a comunicação política baseada em tempo de televisão e debates televisivos. Bolsonaro ganhou sem esses dois e com campanha baseada fortemente em mobilizações em redes sociais. Esse fato, obviamente, não permite fazer uma correlação direta com a possibilidade de termos uma destituição presidencial baseada principalmente no “clima das redes”. O ineditismo da comunicação política da última eleição exige cautela e análises das eleições futuras para apreendermos se o peso das formas de comunicação mudou realmente de forma consistente. A eleição de Bolsonaro pode ter sido apenas um ponto fora da curva, uma situação excepcional, e não se repetir no Brasil, ainda que o mesmo padrão observado na eleição de Trump e na votação do Brexit possa indicar uma tendência global. O momento no qual tratamos da possibilidade e até da urgência de uma destituição de Bolsonaro via *impeachment* é também excepcional por conta da pandemia. Seria razoável, portanto, pensarmos que a possível destituição de Bolsonaro, seja por *impeachment* ou de outra forma, se dê principalmente a partir do “clima das redes”, levando em consideração que a pandemia faz com que os protestos de rua, que já ocorrem, sejam no mínimo reduzidos em tamanho.

Nas eleições de 2018, uma das integrantes do GRAF participava da campanha de Fernando Haddad (PT). Na época, a eleição de Bolsonaro já passava de mera piada e se tornava uma ameaça real. Ela, e muitas outras pessoas, cientes disso, se engajaram no trabalho voluntário de panfletagem em favor do candidato do PT, que estava no segundo turno. Estavam, no entanto, encarando um problema de falta de material de campanha, que pegavam nos comitês eleitorais do partido. Numa das manhãs em que se dispôs a panfletar, estava aguardando a chegada de panfletos, na Rua do Lavradio, na Lapa. Um dos dirigentes daquele comitê, filiado ao partido e tendo participado, segundo ele próprio, de mais de 12 campanhas eleitorais, disse que, naquela manhã, não conseguia “sentir a rua”, e que essa era a primeira vez na experiência dele que aquilo acontecia. O fim da história bem conhecemos. Com ou sem manifestações que pudessem medir a temperatura das ruas (ainda que episódios como o “Ele Não” parecessem bastante expressivos), o debate foi transferido para a arena digital, quebrando uma característica histórica das eleições brasileiras, que é a comunicação política por meio da televisão.

Recuperando, as eleições de 2018 parecem abrir um pressuposto histórico: ora, se nunca antes na história das eleições brasileiras um candidato havia sido eleito com ausência quase que total de engajamento no espaço público, por que haveria de ser impossível um *impeachment* nas mesmas condições? A questão, claro, é bastante simplista e desconsidera dois pontos fundamentais: (1) a existência da milícia digital de Bolsonaro, com seu exército de robôs e (2) os interesses que sustentam — ou têm o poder de derrubar — o presidente em exercício.

O primeiro ponto se conecta com a impossibilidade ou dificuldade de se ler o “clima das redes”. Se a manifestação popular nas ruas tem o poder de pressionar, graças à sua mobilização, parlamentares e forças políticas que se preocupam com seus futuros mandatos, a aglutinação de perfis — e não pessoas — nas redes é camuflada pela existência de robôs, em sua maioria ligadas a militantes pró-governo. Esse “clima” poderia ser então enviesado por essa atividade; nesse sentido pode pesar ainda a pouca afinidade de alguns parlamentares e partidos com o ambiente digital.

Com relação ao segundo ponto, embora a existência de “forças” atuantes no Estado brasileiro à parte daquelas que elegemos nas urnas — como os interesses corporativos que vêm na bagagem dos candidatos eleitos e ficam evidenciados, por exemplo, em trabalhos como o documentário *Democracia em vertigem* (2019), de Petra Costa — não seja exatamente obscura, suas motivações nem sempre são claras para a leitura. Se pensarmos, por exemplo, no *impeachment* da presidenta Dilma, muitos de nós facilmente conseguirão apontar causas e atores para aquele que entendemos como um golpe gestado nas entranhas das instituições que acreditávamos democráticas. No caso de Bolsonaro, não é tão simples — principalmente depois do início da pandemia — apontar os beneficiários de atitudes tão atrapalhadas quanto aquelas que temos assistido quase semanalmente. Os representantes da velha política? De certa forma, com a aproximação de Bolsonaro com o centrão, há como apontar algumas vantagens para o grupo. O empresariado brasileiro? A ala militar?

Talvez nosso problema não seja tanto Bolsonaro, mas o bolsonarismo. O primeiro derrubasse, de uma forma ou de outra, ou então vence-se nas próximas eleições. O maior problema é a organização e a articulação de uma extrema direita perigosamente numerosa. Assim, a tarefa principal é derrotar o bolsonarismo arraigado na própria sociedade. Derrotar o bolsonarismo na mesma modalidade que a esquerda foi derrotada no processo de *impeachment* de 2016: grandes mobilizações (em ruas e redes) que culminaram por constranger, humilhar, isolar e esgotar a esquerda. Ficamos com vergonha de sair de casa e externar opiniões. Não foi apenas o PT que foi destituído do Planalto, mas nós mesmos fomos sociopoliticamente derrotados. É isso que precisamos neste momento, para caminhar na direção da “nação democrática que almejamos”. É perfeitamente possível imaginar um cenário em que Bolsonaro seja derrubado com um golpe palaciano que, por seu turno, alimente ainda mais o caldo do fascismo. Então, é preciso ir à raiz do problema, do qual Bolsonaro é só o mais mórbido dos sintomas.

Seguindo essa linha, a situação é mais complicada, porque nossa crise política atual é insolúvel desde um ponto de vista deliberativo, quer dizer, não há saída possível dentro dos marcos da razoabilidade e da racionalidade. Não é possível conversar com os bolsonaristas e alcançar um meio-termo, uma vez que partimos de entendimentos e pretensões de verdade radicalmente distintos. O logos não nos oferecerá saída, dado que é o *pathos* quem bloqueia o caminho. Esta encruzilhada é o clássico caso em que as regras da democracia liberal não podem destravar o impasse, já que apelar para a inviolabilidade da Constituição, para os princípios de impessoalidade da República e tudo mais não surtirá o efeito desejado, pois, para eles, o que está em jogo são os princípios da masculinidade, da religião etc., muito mais sagrados do que a Constituição.

Neste caso, quem decide? Quem tem a autoridade para sair do impasse? O poder de decidir durante uma paralisia patológica da sociedade é o poder, como definiu Schmitt, de decidir sobre o estado de exceção. É o princípio da soberania. Na tradição política brasileira, esse poder de decidir monocraticamente em momentos de impasse leva o nome de “poder moderador”, como ficou bem visível nas últimas semanas, dado o tanto de



discussão que se deu em torno do termo. No Império, era de fato o soberano quem o encarnava; o golpe da República destituiu os Bragança-Bourbon e introduziu o próprio Exército como novo poder moderador (papel que exerceu algumas vezes sem nenhum pudor); a Constituição de 1988, por fim, visava interromper essa tradição e eliminar essa figura, a fim de virarmos um país neoliberalmente moderno.

Agora, estamos de novo diante de um impasse em que alguém deve exercer o poder da soberania e simplesmente decidir. Deve não porque seria bom, mas porque é inevitável. O STF vem cumprindo esse papel e inspirando todo o Poder Judiciário a intervir na política, o que não é necessariamente bom. Aceitaremos o governo dos juízes? Aplaudiremos a tecnocracia ridícula dos provérbios em latim? Os bolsonaristas, por outro lado, afirmam que cabe às Forças Armadas fazer a vez de soberano e abrir um estado de exceção. Nem é preciso discutir porque isso seria o pior dos mundos.

Talvez precisemos de uma terceira posição: “Nem FA [Forças Armadas], nem STF!”, como diriam os trotskistas. É necessário imaginar uma intervenção da própria sociedade, nem autoritária e nem tecnocrata, mas profundamente democrática, que vença a extrema direita. Uma breve “ditadura do societariado”, com a qual seja possível abrir caminhos para uma convivência mais respeitosa e menos psicótica entre nós mesmos.

Falamos de *impeachment* e de cassação de chapa como formas institucionais de frear a sanha autoritária de Bolsonaro. No entanto, é importante refletir, também, sobre como os bolsonaristas enxergam os rumos da situação política brasileira. Da perspectiva deles, há dois extremos: ou as Forças Armadas reestabelecem a ordem democrática ou um grande acordo entre Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados), David Alcolumbre (presidente do Senado), STF, governadores e o partido comunista chinês nos transformará em uma colônia socialista. Enquanto o nosso generalato, segundo eles, permanecer inerte, a despeito da crescente militarização do governo e das abertas ameaças do general Augusto Heleno, esse golpe segue em marcha.

O motivo para uma intervenção lhes parece claro: a indevida interferência do STF, que toma para si competências dos poderes Legislativo e Executivo. A base legal também lhes parece sólida: o caráter constitucional de poder moderador das Forças Armadas, como estabelecido no artigo 142 da Constituição. Seu apoio popular, independente se aferido pelas ruas — em suas marchas de 30(0) — ou pelas redes — onde 3 mil podem ser 3 — também lhes parece evidente. Em sua gramática, Bolsonaro sintetiza a vontade do povo. Manifestações — físicas ou virtuais — contrárias só são explicáveis por manipulação externa ou por lavagem cerebral de uma pequena elite incomodada com a ascensão de um governo conservador. Elio Gaspari fala de um Exército que foi dormir janguista em 31 de março de 1964 e acordou revolucionário. Nos resta torcer para que nossos generais não acordem de seu sono constitucionalista.

## **Golpe: ontem e hoje**

Toda medida política que provoca demasiada euforia ou medo precisa lidar com algo fundamental: a ressaca do dia seguinte. É assim com as “reformas estruturantes” que são obsessão do ministro da Economia Paulo Guedes, tratadas como bala de prata. Mas, depois de aprovada a Reforma da Previdência, o dia seguinte revelou um vazio. Seria assim com um *impeachment* de Bolsonaro. No dia seguinte a euforia baixaria e teríamos de lidar com Mourão. E também seria assim com um golpe por parte do bolsonarismo. O que fazer com a imprensa, os partidos, o Legislativo, o Judiciário, as associações da sociedade civil e os governos estaduais e municipais?

A ameaça de um golpe militar tradicional, com tanques nas ruas, opositores nas cadeias e uma nova ordem constitucional outorgada, era blefe. Sempre foi blefe. A possibilidade de um golpe institucional, com roupagem de legalidade que esconde uma deturpação do espírito da Constituição e promove o isolamento de adversários em tribunais de exceção, não existe de forma alguma, pois Judiciário e Legislativo não cooperam. O primeiro tipo de golpe foi aplicado em 1964, o segundo em 2016. Um golpe de terceiro tipo seria imaginável, constituindo do semeio à miúdo de uma nova institucionalidade, novas jurisprudências e novas interpretações da Constituição sem que houvesse um evento marcante de ruptura. Esse golpe seria dado às escuras, operacionalizado em segredo por centenas de burocratas que aos poucos mudam as regras de todas as áreas, num trabalho de formiga, balizado pela cooptação de figuras-chave dos outros poderes. Nesta *masterpiece* do olavismo gramsciano, um novo regime emerge sem que ninguém se dê conta.

No entanto, talvez, esta tese não passe de um fantasma. Não porque seria impossível praticá-la, nem porque o bolsonarismo não quisesse, mas simplesmente porque eles não são capazes de fazê-lo. Está mais clara do que nunca a divisão interna do governo entre militares e olavistas. O sacrifício de Weintraub demonstra que são os militares que têm a vantagem e que eles estão menos delirantes em relação às repercussões negativas do governo na opinião pública e no cenário internacional. Mas demonstra, também, que demitir um olavista foi extremamente custoso e a guerra no interior do governo está longe de acabar. Dito isso, talvez possamos afirmar que o governo simplesmente não tem rumo, não sabe o que está fazendo, não age de forma unitária, não tem projeto, não tem direção. O caos parece um método porque é difícil imaginar que os atores podem mover-se desorientados no tabuleiro. Preferimos acreditar que um bêbado dançando sozinho no meio-fio às três da madrugada é um mestre do disfarce de suas reais intenções, um cínico calculista, do que aceitar uma realidade bem menos interessante: é só um bêbado que não sabe o que faz.

Essa passagem também nos chama a atenção para a presença do olavismo nas instituições civis. Quantos olavistas sorrateiros não estariam ali, operando em suas práticas cotidianas — nos tribunais, nos consulados, no Senado e na Câmara, antes da própria eleição de Bolsonaro? É importante destacar que esse é um método “gramsciano”, o de ir angariando apoio dessas “formigas” que vão fazendo um trabalho subterrâneo, explicitamente defendido pelo próprio Olavo de Carvalho em seu livro sobre a nova era e Gramsci.

Como diria o camarada Mao Tsé-Tung, sem calor um pintinho nunca vai brotar de um ovo, mas o calor sozinho não pode fazer com que um pinto nasça de uma pedra. Traduzindo para o nosso caso, o ovo (da serpente) seria esse mesmo discurso golpista e protofascista que nos pegou despreparados. Mas quais as condições objetivas (o calor)? Entender como esses bolso-olavistas estão colocados em diferentes campos sociais nos permitiria analisar seu poder de ação. Por exemplo, no campo jurídico, seria interessante ver qual o real poder de ação de um sujeito como Augusto Aras e em que medida forças coercitivas não podem anular suas investidas.

Um outro aspecto importante diz respeito à relação entre crise econômica e política e ascensão do golpismo fascista. Quando o general Eduardo Villas Bôas intimou os ministros do STF às vésperas da votação sobre a prisão em segunda instância de Lula, todos nos horrorizamos com sua atitude. Contudo, como ele mesmo viria a dizer mais tarde, sua decisão veio na esteira de uma profunda revolta que estava dominando o Exército como um todo, de maneira que seu *tweet*, por mais reprovável que seja, parece ter sido o produto de um cálculo: ele, Villas Bôas, estava apenas “informando” que estava em gestação uma revolta que poderia explodir caso Lula fosse solto e que ele não poderia fazer nada para conter.

Indo nesta mesma direção, não devemos desconsiderar o risco de uma ruptura anômica: a eleição de Bolsonaro pode ter sido vista como um “mal necessário” para garantir a unidade nacional, não apenas entre os militares, mas entre setores da sociedade civil que os apoiam. Como vocês devem saber, há um movimento separatista no sul do Brasil que, inclusive, organizou um plebiscito informal há alguns anos. Quando foi que esses defensores de “o Sul é o meu país” voltaram a balançar a bandeira nacional com orgulho? Com a eleição de Bolsonaro. Na medida em que um eventual *impeachment* deverá vir acompanhado de forte desilusão e que o sentimento de que o Brasil “não tem jeito” voltar a se fortalecer, muitos dos que se autointitulam “gringos” (ítilo e teuto-brasileiros) poderão voltar a fazer sua apologia da raça pura (implícita e explícita) e acharão por bem separar os estados do Sul do restante “miscigenado” do país.

Embora um golpe na conjuntura atual — como o de 1964 ou um autogolpe estilo Fujimori — seja mais difícil, uma lição de Wanderley Guilherme dos Santos é que quando os fantasmas começam a reaparecer, mesmo de forma opaca, eles podem rapidamente ganhar corpo. Numa democracia, qualquer ameaça de golpe deve ser tratada como uma ameaça real de golpe justamente para evitar que ela se torne real. Se não for suprimida, abre precedente. Na verdade, já abriu. Os militares saíram da caserna e galgam cada vez mais espaço na vida civil, o que elimina toda a previsibilidade sobre haver ou não chance de golpe.

Vocês conseguem imaginar o que aconteceria se a chapa Bolsonaro-Mourão fosse cassada e tivéssemos nova eleição para presidente e, nela, Lula ganhasse? Ou mesmo se o PT ganhar as próximas eleições de 2022? Só de discutirmos isso já significa que não estamos vivendo um momento de institucionalidade normal. A pergunta sobre o que os possíveis golpistas fariam no dia seguinte com as instituições políticas, a imprensa e as associações da sociedade civil pode ser invertida: o que elas poderiam fazer no dia seguinte caso um cabo e um soldado fossem mandados para fechar o STF? Um golpe talvez não esteja em marcha. Mas está em disputa, pelo menos discursiva, e isso já é perigoso.

“A história não se repete, mas ela rima” e “a realidade é infinitude e caos” são dois dizeres que nos ajudam a pensar sobre o bolsonarismo. Representam dois extremos de um amplo espectro, que descrevem também o movimento pendular das análises de especialistas sobre o governo. Considerando o primeiro, que já está para lá de batido, não há como desprezar as similaridades históricas que acompanham a ascensão de Bolsonaro e de outros governos autoritários. De Hitler, que foi eleito, a Fujimori e seu autogolpe, da aliança de Mussolini com as elites, ao golpe militar brasileiro, é sempre possível traçar semelhanças, não só no desfecho trágico, mas também — e principalmente — na mudança dos ares políticos que o período pré-golpe parece promover. A maior parte dos analistas se posicionou deste lado da escala no período pré-eleição e nos meses seguintes. À medida que avançávamos no governo, percebíamos que ao nosso aspirante a ditador da vez faltava o traquejo político. Bolsonaro chegou ao Planalto tendo ajudado a eleger uma legião de partidários; a bancada do Partido Social Liberal (PSL), o partido a que então pertencia, passou de zero representantes no último mandato para se tornar a segunda bancada mais numerosa; seus apoiadores pareciam ser, nas ruas e nas redes, a imensa maioria. Ainda assim, o tempo veio a evidenciar sua inabilidade com presidente. Antes de completar dois anos no cargo, Bolsonaro rompeu com seu partido, afastou muitos de seus apoiadores “estratégicos” no governo (cujo exemplo emblemático é o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro) e alcançou o índice de 50% de desaprovação, mantendo um aparentemente fiel nível de 30% de aprovação, a menor já registrada no país após a redemocratização.

Rapidamente, a narrativa de Bolsonaro como um líder articulado que tende ao autoritarismo começa a se deteriorar. Não que seu governo tenha mostrado sinais de “melhora democrática”, mas a ideia de que Bolsonaro sabe o que está acontecendo e planeja seus atos esperando um fim positivo para si caiu por terra. Esse “desjeito” ficou mais saliente com a pandemia: a afirmação de que a Covid-19 não passa de uma “gripezinha”, o descaso com as vítimas da doença, a insistência no uso da cloroquina — um medicamento abandonado por quase todos (senão todos) os países por ineficácia e registro de aumento no risco de mortes — e a dança das cadeiras do Ministério da Saúde — que acabou por ficar vazio — são apenas os exemplos mais contundentes da crise política criada por Bolsonaro dentro da crise sanitária. Mesmo com sinais claros de irresponsabilidade, não há nenhuma movimentação na direção de sua remoção do cargo, a despeito dos mais de 30 pedidos de *impeachment* que se acumulam na mesa de Maia. A realidade, meus caros, é infinitude e caos.

Apesar disso, Bolsonaro e seus seguidores aumentam o tom, dobrando a aposta sempre que podem. A ruptura com a democracia, segundo Eduardo Bolsonaro, nada mais é que uma questão de tempo. No entanto, à medida que essa narrativa se repete na boca de seus apoiadores, parece cada vez mais claro que ela constitui um blefe. Não há golpe, não há apoio, não há saída. Ainda assim, paira no ar a suspeita estranha que a falta de normalidade nos impõe; mesmo que a gritaria bolsonarista não passe de ameaça vazia, não dá para negar a quantidade incômoda de militares ocupando cargos no governo — que inclui quatro ministérios (cinco, se contarmos o Ministério da Saúde) e três secretarias —, que motivou o Tribunal de Contas da União (TCU) a abrir uma apuração para contabilizar essa ocupação.

Se, por um lado, as ameaças de aventura autoritária acumulam-se sem se tornar realidade, fortalecendo a tese de que o governo Bolsonaro prospera no caos, sem plano estruturado, por outro, a relativa frequência com que o governo tensiona os limites das regras democráticas não nos deixa descansar na paz democrática que almejamos. A prova da existência de uma aventura autoritária está na sua presença como disputa e como “clima”, que muitos de nós têm captado. Há ainda a ocupação massiva de militares no governo que segue como elemento de difícil leitura; nada impede que o golpe de terceiro tipo surja pela simples recusa desse grupo de desocupar o poder. Ainda é cedo para abaixar a guarda.

Com Wanderley Guilherme dos Santos se aprende que um golpe não é um evento, mas um processo contínuo. A ameaça diminuiu porque Bolsonaro se enfraqueceu. Enquanto não houver uma reforma da constituição, as Forças Armadas continuarão um perigo para democracia. Elas tiveram todas as chances para se manifestar e se posicionar. A comparação com os generais americanos mostra como se para um processo. Aqui, os únicos na altura dos generais americanos foram os ex-ministros da Defesa, que deixaram de ser militares apenas com o governo Temer. A retirada de Bolsonaro não acaba com o espírito de 1964. É só quando a anistia da transição democrática for retroativamente anulada que o curso do golpe será mudado.

Caso Mourão venha a ser presidente, a novidade será um golpe 2,5 — uma mistura do primeiro golpe de 1964 com o segundo de 2016. O acordão que está se costurando “com o STF e tudo” é um *repeat* de Temer. A única questão é como o quarto poder (a imprensa) vai se colocar diante deste ator (as Forças Armadas) que se autoatribui poderes que não se cansam em encontrar nas entrelinhas da Constituição.

Dito isto, não podemos baixar completamente a guarda ainda. Uma guerra civil é pouco provável, mas uma vez que o mau gênio saiu da garrafa, ele não volta mais. A democracia no Brasil durou 30 anos.

## **Do golpe ao centrão**

Golpe é uma categoria que serve para apontar o que se considera uma transformação ilegítima nos arranjos do poder, seja na política institucional ou em outros contextos, como nas tramas do tráfico de drogas carioca (em que a categoria é usada com frequência para descrever mudanças nos comandos das quadrilhas). A ideia de golpe depende, portanto, não apenas dos arranjos político-formais em jogo, mas também dos arranjos morais. Golpe é, sobretudo, uma categoria moral.

Bolsonaro, seus filhos, alguns ministros e alguns militares flertam nas redes sociais com o golpismo de conteúdo fascista, mas a realidade é que vêm sendo travados pelas instituições, que permanecem funcionando em sua normalidade (problemática desde a origem). Bolsonaro estabilizará seu governo compondo com o centrão, assim como a maioria dos presidentes dos últimos 40 anos. Essa é uma característica geral da política brasileira que não sucumbe aos ataques moralistas de parte da direita e da esquerda (que a ela se referem como “toma lá, dá cá”). O centrão é uma realidade que não se pode ignorar impunemente.

À esquerda, mais preocupante do que um golpe é a ascensão de personagens como Sérgio Moro, Rodrigo Maia e João Dória como lideranças nacionais. A emergência desses personagens pode esticar muito o tempo em que ficaremos submetidos a agendas econômicas como a de Paulo Guedes, mesmo que operadas por atores menos toscos. As lideranças políticas mais experientes do Brasil, como Lula e Ciro Gomes, pouco falam, nesse contexto, em golpe. Talvez seja porque conhecem bem de perto a complexidade de todos os processos (porque não é um único processo em curso) que extrapolam qualquer conceito de golpe. Um golpe não é impossível, mas improvável. Bolsonaro foi deputado por 30 anos. Conhece o jogo e sabe jogá-lo. Flerta com o fascismo, especialmente nas redes sociais, porque é desse flerte que ele retira sua força política. Bolsonaro explora o fascismo mais para ganhar apoio popular (de opinião pública, eleitoral etc.) do que para dar um golpe. Ele sabe que não é um sem-voto como Temer e a maior parte da direita tradicional — esses precisavam do golpe. Bolsonaro, por enquanto, não parece precisar. Comporá com o centrão e governará dentro dos limites que conseguir explorar — assim como todos os demais presidentes, inclusive Temer.

Temos um fascista governando por dentro de instituições democráticas, com legitimidade eleitoral e institucional. Seria este o pior dos cenários? Atualmente, nenhum analista político sério duvida de que Bolsonaro é um forte concorrente em 2022. Por quanto tempo ele poderá estender-se no poder de forma legítima? O desastre econômico de Guedes — o que seria uma força destrutiva do bolsonarismo — agora poderá ser atribuído à pandemia, e, pior, à política de isolamento. O envolvimento de Flávio com os milicianos, a “rachadinha” e a prova-viva Queiroz seguirão como os principais pontos fracos do bolsonarismo. Mas, ao mesmo tempo, também serão moeda de troca com o centrão. A acusação criminal continuará sendo o principal mote de crítica política.

As eleições municipais de 2020 — se acontecerem — poderão deixar o cenário ainda pior, e isso sem golpe. Por quê? Porque a maioria dos municípios brasileiros contará com fortes candidatos bolsonaristas a prefeito e a vereador, uma boa parte deles policiais militares. É provável que o bolsonarismo se institucionalize Brasil adentro de uma forma totalmente legítima. Milhares de bolsonaristas convictos à frente de prefeituras e câmaras municipais, gerindo a vida cotidiana e imediata da população brasileira. Quantos anos levaríamos para desfazer ou pelo menos amenizar um aprofundamento dessa magnitude do bolsonarismo por dentro da legitimidade do jogo, das instituições e da cultura? Vivemos algo muito pior do que um golpe. Um golpe poderia, paradoxalmente, nos fornecer energia política para enfraquecer o bolsonarismo (assim como a direita tradicional saiu enfraquecida após o golpe de 2016). Até mesmo um golpe militar contra Bolsonaro também poderia fornecer essa mesma energia. Bolsonaro compreendeu que, neste momento, ainda é mais forte por dentro da democracia liberal do que por fora dela (mesmo que seja “por fora”, como fizeram os golpistas de 2016). Tudo parece indicar que ele não precisa de um golpe — pelo menos não agora. O fato de um fascista como Bolsonaro não precisar de um golpe é a tragédia brasileira. Vivemos algo muito pior do que um golpe.

## Em tempo real

“Tempo real” é uma expressão curiosa. Enquanto quer representar a progressão infinita do presente como a dimensão efetivamente vivida do tempo, sugere, também, a falsa impressão de que aquilo que não acontece “ao vivo” é ilusório, fantasioso. De acordo com a ingênua segunda palavra da expressão, o tempo como grandeza física é uma abstração teórica e, na prática, o tempo é experimentado apenas no presente, no aqui e agora, em eterno fluxo de causas e conseqüências; eis o tempo real. Sabemos, porém, que nem tudo que é real é empírico e nem tudo que é abstrato é falso. Muitíssimo pelo contrário. Estão aí os historiadores que não nos deixam enganar: quando o presente se torna passado e é visto desde o futuro, aquilo que se falava e sentia no “tempo real” não parece mais tão verdadeiro assim.

*Plot twist*: agora, no fluxo infinito do presente, ilusório e enganador, apenas a razão projetada desde o futuro pode captar o real contido naquele tempo. Afinal, o tempo não é apenas vivido no calor do presente, mas também sentido por meio das memórias e registros do passado, bem como de ansiedades e projetos para o futuro. Ou então o tempo não é nem uma coisa, nem outra, mas uma síntese inteligente das duas. Quem sabe até uma quarta opção, um paradigma completamente novo oriundo da última virada filosófica. Mas aí seria preciso saber se a tal virada resistiria ao próprio tempo.

Foi deliberadamente ignorando toda essa confusão que nos lançamos na tarefa de tentar interpretar a história em “tempo real”. E, quem diria, o tempo pregou suas peças. Não muito tempo depois, vários elementos do que escrevemos saltam aos olhos como se tivessem caducado, viraram notas de uma época pregressa. Também, pudera, se a pandemia e o isolamento voluntário ao qual nos submetemos transformou nossos dias em longos suspiros tediosos, a dinâmica descarrilhada da disjuntura brasileira oferece um espetáculo hipnotizante. Em mais uma demonstração de suas propriedades misteriosas, o tempo se acelera, e um mês atrás já soa antiguidade. Estávamos seguros de que a crise institucional, alimentada pelas crises sanitária e econômica, haveria de ter um desfecho dramático: ou Bolsonaro era destituído de qualquer jeito, ou a democracia engrossaria as estatísticas de vítimas da pandemia.

Não contávamos com os respiradores mecânicos. Uma trégua foi proclamada na coxia e os atores não brigam mais em cima do palco, fazendo do espetáculo algo um pouco mais previsível e menos assustador. Não sabemos quanto tempo isso vai durar, mas aquela urgência, aquele cheiro de golpe no ar, arrefeceu, e mesmo o *impeachment* parece um evento mais distante. A bem da verdade, podemos ver algumas doses de cautela e sobriedade. Por exemplo, a passagem em que se lê que a possibilidade de um golpe é algo “muitíssimo improvável”, em que se diz que o tabuleiro é tão complexo que não podemos enxergar todas as peças e muito menos as relações entre elas, ou os vários níveis de interação que costuram a trama. Estávamos tão interessados na tensão que preferimos, em grande medida, a vista grossa sobre as chances do bom e velho acordão. Agora, por mais que os respiradores estejam funcionando, lembremos que o paciente ainda está na UTI, ou melhor: “não há como baixar a guarda”.

Escrevemos anteriormente que preferimos ignorar os perigos da análise em tempo real na hora de conduzir nosso experimento. Mas dissemos isto no passado e agora pensamos diferente. O tempo todo levamos em conta que quem se arrisca a comentar os acontecimentos no calor da hora geralmente é repreendido no futuro pelo excesso de cautela, por subestimar a gravidade do momento, e raramente por precaução em demasia. Quando efetivamente há um golpe, a censura recai muito forte sobre quem acreditava no diálogo e apostava na distensão, mas quase nunca recriminamos aqueles que bradaram aos quatro ventos a iminência de um golpe que nunca aconteceu. É mais ou menos a história da sentença de Churchill sobre Chamberlain, quando o então premier preferiu lidar com Hitler por meio da diplomacia: “diante da guerra ou da infâmia, escolheu a infâmia e terá a guerra”, em citação aproximada. Fugimos então sempre da infâmia, optando por errar para mais do que para menos, preferindo ser Brizola do que ser Allende e confiando que o julgamento impiedoso do tempo (e dos leitores) será mais condescendente com os exagerados do que com os comedidos. Ou, para citar o melhor dos Antonios, pisamos mais seguros com o pessimismo da razão.

Mas tudo isto é apenas um experimento, tanto de análise quanto de escrita. Talvez mais de escrita do que análise. Pois Frei Betto já disse várias vezes que o que lhe salvou de enlouquecer na prisão foram as cartas que ele escrevia. No cárcere da pandemia, como no da ditadura, nossas análises de disjuntura não podem salvar a democracia mais do que a nós mesmos. Mas isso, também, é só o tempo quem dirá.

---

## Notas

<sup>1</sup> O GRAF, Gabinete de Reflexão Antifa, é um coletivo de ontologistas do presente de geometria variável que começou, em março, como tentativa de continuar remotamente o curso Teoria Sociológica II, disciplina do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com leituras de textos sobre a pandemia. Este texto foi escrito por Antonio Canha, Cesar Teixeira, Frédéric Vandenberghe, Miguel Mendes, Paulo da Costa, Sara de Andrade e Yago Paiva.



O **GRAF (Gabinete de Reflexão Antifa)** é um coletivo de amigos que se encontram semanalmente pelo Zoom para fazer uma análise da disjuntura. Alguns de seus membros, autores deste texto, são Frédéric Vandenberghe ([fredericvdbrio@gmail.com](mailto:fredericvdbrio@gmail.com)), Antonio Canha ([antonioggcanha@gmail.com](mailto:antonioggcanha@gmail.com)), Cesar Teixeira ([cesarpinheiroteixeira@gmail.com](mailto:cesarpinheiroteixeira@gmail.com)), Miguel Mendes ([migbmendes@gmail.com](mailto:migbmendes@gmail.com)), Paulo da Costa ([de.paulissimo@gmail.com](mailto:de.paulissimo@gmail.com)), Sara de Andrade ([correiodasara.a@gmail.com](mailto:correiodasara.a@gmail.com)); e Yago Paiva ([yg.paiva@gmail.com](mailto:yg.paiva@gmail.com)).